



DIFERENTES FONTES DE RENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR ACREANA: UM RETRATO A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Fernando Monteiro Chaves¹
Francisco Diétima da Silva Bezerra²
Maria Alcirlândia da Silva Bezerra³

Resumo: A renda da Agricultura Familiar (AF) brasileira é caracterizada, na atualidade, pela forte participação das fontes de rendimentos do trabalho não agropecuário e do não trabalho, dinâmica perceptível, também, no estado do Acre. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a renda total da agricultura familiar acreana. A metodologia adota uma abordagem descritiva dos dados do Censo Agropecuário de 2017, obtidos por meio do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados apontam que o rendimento total da AF acreana é composto por 64,9% de renda proveniente das atividades internas ao estabelecimento (trabalho agropecuário), 2,3% de outras receitas e 32,9% das aposentadorias/pensões e das receitas obtidas fora da unidade de produção familiar (trabalho não agropecuário e do não trabalho). Há, assim, uma forte heterogeneidade no interior da agricultura familiar acreana, cenário já observado nas regiões brasileiras mais desenvolvidas. Isso implica na necessidade de se ampliar o escopo das políticas públicas, já que as demandas que se consolidam no espaço rural da atualidade não estão mais restritas à renda e ao trabalho agropecuário.

Palavras-chave: Diversificação. Rendimentos. Heterogeneidade. Multissetorial. Acre.

DIFFERENT INCOME SOURCES OF FAMILY FARMING IN ACRE: A PORTRAIT FROM THE 2017 AGRICULTURAL CENSUS

Abstract: The income of Brazilian Family Farming (AF) is currently characterized by the strong participation of non-agricultural work income sources and non-work income, a dynamic also noticeable in the state of Acre. In light of this, the present study aims to analyze the total income of Acrean family farming. The methodology adopts a descriptive approach to the data from the 2017 Agricultural Census, obtained through the Automatic Recovery System (SIDRA) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results indicate that 64.9% of Acrean family farm total income comes from activities within the establishment (agricultural work), 2.3% from other sources of revenue, and 32.9% from pensions, pensions, and revenue obtained outside the family production unit (non-agricultural work and non-work). There is thus a strong heterogeneity within Acrean family farming, a scenario already observed in the more developed Brazilian regions. This implies the need to broaden the scope of public policies, as the demands that emerge in today's rural areas are no longer restricted to income and agricultural work.

Keywords: Diversification. Incomes. Heterogeneity. Multi-sectoral. Acre.

¹ Instituto Federal do Acre, Campus Cruzeiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Brasil, nandoomant9@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0002-5294-1382>

² Instituto Federal do Acre, Campus Cruzeiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Brasil, dietimabezerra@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-9631-7939>

³ Universidade Federal do Acre, Departamento de Ciências Agrárias, Rio Branco, Brasil, landya.sbezerra@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-8416-1802>

DIFERENTES FUENTES DE INGRESO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN ACRE: UN RETRATO A PARTIR DEL CENSO AGROPECUARIO DE 2017

Resumen: La renta de la Agricultura Familiar (AF) brasileña se caracteriza en la actualidad por la fuerte participación de fuentes de ingresos del trabajo no agropecuario y del no trabajo, una dinámica también perceptible en el estado de Acre. Ante esto, el presente estudio tiene como objetivo analizar la renta total de la agricultura familiar en Acre. La metodología adopta un enfoque descriptivo de los datos del Censo Agropecuario de 2017, obtenidos a través del Sistema de Recuperación Automática (SIDRA) del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Los resultados indican que el ingreso total de la agricultura familiar acreana está compuesto por un 64,9% de ingresos provenientes de actividades internas al establecimiento (trabajo agropecuario), un 2,3% de otras fuentes de ingresos y un 32,9% de pensiones y ingresos obtenidos fuera de la unidad de producción familiar (trabajo no agropecuario y no trabajo). Existe, por lo tanto, una fuerte heterogeneidad dentro de la agricultura familiar en Acre, un escenario ya observado en las regiones brasileñas más desarrolladas. Esto implica la necesidad de ampliar el alcance de las políticas públicas, ya que las demandas que se consolidan en el espacio rural en la actualidad ya no están restringidas a la renta y al trabajo agropecuario.

Palabras clave: Diversificación. Ingresos. Heterogeneidad. Multisectorial. Acre.

Introdução

A Agricultura Familiar (AF) destaca-se das demais categorias de agricultores pelo fato de a gestão e o trabalho da unidade produtiva estarem centralizados na família. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a agricultura familiar pode ser definida como:

Um modo de produção agrícola, florestal, pesqueira, pecuária e aquícola que é administrado e operado por uma família e que depende predominantemente da mão de obra familiar, incluindo homens e mulheres. A família e a exploração estão interligadas, evoluem juntas e combinam funções econômicas, ambiental social e cultural (2018, p. 10, tradução nossa).

A AF é mundialmente reconhecida pelos organismos nacionais e internacionais por sua importância na produção de alimentos, promoção da segurança alimentar, geração de emprego, desenvolvimento econômico local e preservação ambiental. No Brasil, em particular, apesar de seu reconhecido papel, essa categoria de agricultores enfrenta desafios recorrentes, sobretudo no que diz respeito ao acesso a recursos, à

terra e às políticas públicas que potencializariam a sua capacidade de reprodução social e integração aos mercados (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018).

Em que pese esses desafios, o Censo Agropecuário de 2017 atestou a presença de 3,8 milhões de estabelecimentos da AF no Brasil, sendo as regiões Nordeste (47,2%), Sudeste (17,7%) e Sul (17,1%) as mais numerosas. No período intercensitário (2006 a 2017), Norte (12,3%) e Centro-Oeste (5,7%), as menos representativas, foram as únicas a apresentarem crescimento. Ao todo, esses estabelecimentos seriam responsáveis pelo emprego de mais de 10 milhões de pessoas, 66,9% do total dos ocupados na agropecuária brasileira (Brasil, 2019).

Uma característica que tem se observado no interior da agricultura familiar brasileira é a sua capacidade de diversificação e fortalecimento das fontes de renda. Há, em curso, no interior da AF, um fenômeno nacional e internacionalmente denominado de pluriatividade, na qual as famílias combinam as fontes de rendimentos do trabalho agropecuário, não agropecuário e do não trabalho (aposentadorias, pensões, transferências governamentais, etc.). Com isso, a renda dos agricultores não é mais oriunda de uma única atividade, exclusivamente (Nascimento; Aquino; DelGrossi, 2022; Bezerra; Nascimento; Gori Maia, 2022).

Diante deste cenário, a fim de verificar se essa dinâmica também é observada no estado do Acre, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta: Como estaria composta a renda das famílias da agricultura familiar acreana?

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as diferentes fontes de rendimentos da agricultura familiar acreana, com intuito de identificar a participação das rendas agropecuárias, não agropecuárias e as do não trabalho na composição total.

O Acre oferece um caso particular de análise, pois tem sido, no período recente, a “nova” fronteira agropecuária, com forte expansão do agronegócio, de tal modo que as estruturas do campo têm sido drasticamente alteradas, notadamente no que diz respeito à substituição paulatina de culturas alimentares por aquelas de valor comercial. Isso impõe desafios aos produtores menos capitalizados, o que implica a necessidade de alternativas de renda para a reprodução social das unidades produtivas da agricultura familiar.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro seções, incluindo esta breve introdução (primeira seção). Na segunda seção é feita a contextualização sobre a temática, definindo-se, ainda, a agricultura familiar a partir dos critérios legais. Logo depois, na seção três, a metodologia da pesquisa é descrita. Na quarta seção, os resultados do trabalho são apresentados e discutidos. Por fim, são feitas as considerações finais.

Definição legal e diversificação das fontes de rendas da agricultura familiar

O debate sobre a importância da agricultura familiar no Brasil ganhou destaque a partir das experiências dos Estados Unidos e da Europa, locais em que se adotou um modelo de desenvolvimento agropecuário equilibrado, com forte valorização social dos agricultores familiares. Isso contrasta com a realidade brasileira, onde a política agrícola, historicamente, priorizou a modernização das grandes empresas capitalistas em detrimento da “pequena” produção familiar (Bacelar; Favareto, 2020).

Os estudos realizados por Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1997) desempenharam papel fundamental para dar visibilidade para agricultura familiar, notadamente por revelar a sua relevância socioeconômica e destacar suas características distintivas. Dentre os traços distintivos dessa categoria de agricultores destaca-se o fato da administração e o trabalho da unidade produtiva serem realizados pelos próprios membros da família, garantindo, assim, ocupação para grande parte dos membros familiares.

O estudo intitulado “Um Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto”, publicado em 2000, como resultado de uma colaboração entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), destacou o papel e contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, até então pouca valorizada. Essa pesquisa mostrou que a AF era muito maior do que se imaginava.

O Censo Agropecuário de 2006 reafirmou a vitalidade da agricultura familiar ao revelar a existência de 4,3 milhões de estabelecimentos agropecuários, os quais

seriam responsáveis pelo emprego de mais de 16,5 milhões de pessoas (Brasil, 2006), demonstrando que a AF não só resiste, mas também cresce ao longo do tempo, consolidando-se como uma categoria social relevante para a economia nacional.

Ainda que tardiamente, a agricultura familiar obteve seu reconhecimento legal em 2006 com a promulgação da Lei 11.326/2006. A partir de então, o agricultor familiar, que recebeu, ao longo dos anos, inúmeras denominações como “pequeno produtor”, “agricultor inviável”, “atrasado”, etc., passou a ser reconhecido legalmente, sendo definido por meio dos seguintes critérios, simultaneamente:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Esses critérios foram ratificados pelo Decreto 9.064/2017, conforme segue:

- I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II - utilizar, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou do empreendimento;
- III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Esses critérios nortearam a quantificação do universo da agricultura familiar brasileira no mais recente Censo Agropecuário de 2017. Os dados deram conta de que o número de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil é de 3,8 milhões, responsáveis pelo emprego de mais de 10,1 milhões de pessoas (Brasil, 2019).

Esses dados, de certa maneira, geraram intensas discussões entre os pesquisadores da área, sobretudo em decorrência da diminuição (-10,7%) do número de estabelecimentos da agricultura familiar no período intercensitário de 2006 e 2017.

Não obstante, essa redução estaria relacionada, grosso modo, à superioridade das rendas externas frente às internas ao estabelecimento, o que levaria a um grande número de famílias serem consideradas como não familiares pelo critério de renda do

Decreto 9.064/2017. Por exclusão, mesmo que atendessem aos demais critérios, os estabelecimentos que não apresentassem, “no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento” seriam definidos e quantificados como não familiares (Nascimento; Aquino; DelGrossi, 2022).

Com efeito, uma característica que tem se mostrado no interior dos estabelecimentos rurais brasileiros da AF é que, ao lado do trabalho agropecuário, tem crescido o número de pessoas com residência rural que trabalham em empregos não agropecuários. Existe, também, um grande número de pessoas do rural que tem as fontes do não trabalho (aposentadorias, pensões, transferências governamentais, etc.) como importantes aliadas no fortalecimento dos rendimentos. Com isso, as rendas das famílias provenientes de ocupações e/ou atividades externas ao estabelecimento seriam, em tese, maiores do que as geradas internamente, o que resultaria na sua exclusão pelos critérios legais.

A emergência da pluriatividade no Brasil, dada pela combinação de atividades agropecuárias e não agropecuárias na geração de emprego e renda para as famílias rurais, identificada a partir dos anos de 1990, pelos estudos de Schneider (1994), Sacco dos Anjos (1995), Carneiro (1996), Neves (1997), dentre outros, está em conformidade com o que se convencionou a chamar de “Novo Rural” brasileiro, atestada pelos estudos no âmbito do Projeto Rurbano⁴. A diversificação da renda e a contenção do êxodo seriam as principais vantagens dessa nova configuração do rural, sobretudo para os estabelecimentos descapitalizados, a exemplo do segmento mais fragilizado da agricultura familiar, que apresentariam dificuldades para se integrar às diversas cadeias agroindustriais (DelGrossi, 1999; Mattei, 1999).

A agricultura familiar está presente nas cinco grandes regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), caracterizada, em sua essência, por formas de produção e de vida diversificados, constituindo-se numa via preponderante para o desenvolvimento econômico, social e cultural, sobretudo pela sua capacidade na produção de alimentos, geração de trabalho e promoção da sustentabilidade.

A diversificação interna da AF é uma tentativa de superar os obstáculos enfrentados para a reprodução social, dificuldades impostas pelo modelo de desenvolvimento adotado no país que valorizou a grande propriedade agropecuária em detrimento da agricultura familiar (Delgado; Bergamasco, 2017; Wanderley, 2017).

⁴Projeto intitulado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99” (Graziano da Silva, 2000) que analisou as principais transformações ocorridas no meio rural de onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF).

Entretanto, a possibilidade de as famílias obterem renda fora do estabelecimento familiar encontra-se limitada pelos critérios legais, conforme bem enfatizaram Bezerra (2021), Nascimento, Aquino e DelGrossi (2022).

Metodologia

O estado do Acre possui 22 municípios, totalizando uma área territorial de 164.173 km², o que corresponde, aproximadamente, a 2% do território nacional⁵. Sua população é de 830.026 habitantes (Brasil, 2022).

A principal atividade econômica do estado é a agropecuária. O Censo de 2017 atestou a presença de 37.356 estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) no Acre, dos quais 83,2% do total são da agricultura familiar, crescimento de 23,9% rem relação ao Censo de 2006 (Brasil, 2006; 2019).

Assim, dada a importância dessa categoria de agricultores para a região, o trabalho tem como objetivo analisar as diferentes fontes de rendas (agropecuárias e não agropecuárias) da agricultura familiar acreana, com intuito de identificar a participação das rendas agropecuárias, não agropecuárias e do não trabalho na composição do rendimento total.

Para que o estabelecimento agropecuário ou o agricultor seja caracterizado como sendo da agricultura familiar, os critérios da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e do Decreto nº 9.064/2017, apontados anteriormente, precisam ser observados. Os produtores que não atendem aos requisitos legais são classificados, por exclusão, como agricultura não familiar (Brasil, 2006; Brasil, 2017).

Foi por meio dessa definição que o Censo Agropecuário de 2017 incorporou em suas tabulações os critérios legais para a mensuração do universo da agricultura familiar e não familiar (DelGrossi *et al.*, 2019), sendo, portanto, a mesma caracterização considerada na análise deste trabalho.

Dessa forma, a análise está dividida em duas partes, a fim de caracterizar o universo da agricultura familiar acreana: inicialmente, são analisados os dados referentes ao número de estabelecimentos, valor da produção, área ocupada, mão de obra ocupada, condição do produtor em relação à terra, acesso ao financiamento e assistência técnica, grupos de atividade econômica e finalidade da produção;

⁵ O Brasil possui 8.510.418 km² de extensão territorial, sendo dividido entre as cinco grandes regiões: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul, cuja população perfaz um total de 203.062.512 de habitantes.

posteriormente, analisa-se os diferentes tipos de rendas (agropecuárias, não agropecuárias e do não trabalho) da AF (Quadro 1).

Quadro 1 – Variáveis analisadas na pesquisa - Censo Agropecuário 2017

Nº Tabela do Censo	Variável
6753	Número de estabelecimentos agropecuários
6897	Valor bruto da produção
6753	Área dos estabelecimentos agropecuários
6887	Mão de obra ocupada
6770	Condição do produtor em relação às terras
6895	Acesso a financiamento
6779	Assistência técnica
6780	Grupos de atividade econômica
6762	Finalidade da produção
6902	Receitas e outras rendas

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO (2019).

Os dados utilizados na presente pesquisa são de natureza secundária, obtidos por meio do Sistema de Recuperação Automática do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE) do Censo Agropecuário de 2017.

Resultados e discussão

Características dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado do Acre

Com a divulgação do Censo Agropecuário de 2017, no ano de 2019, foi possível traçar o perfil dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A pesquisa divulgada pelo IBGE mostrou que, no Brasil, existem 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar, 10,7% a menos em relação ao Censo de 2006. Dentre as regiões brasileiras, Norte (16,5%) e Centro-Oeste (2,9%) foram as únicas a exibirem crescimento no número de unidades familiares no período intercensitário (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Tabela 1 – Evolução (%) do número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar do Brasil e grandes regiões – 2006 e 2017

Região Geográfica	2006	2017	Evol. (%)
Brasil	4.366.267	3.897.408	-10,7

Nordeste	2.187.131	1.838.846	-15,9
Sudeste	699.755	688.945	-1,5
Sul	849.693	665.767	-21,6
Centro-Oeste	217.022	223.275	2,9
Norte	412.666	480.575	16,5
Rondônia	75.165	74.329	-1,1
Acre	25.114	31.109	23,9
Amazonas	61.830	70.358	13,8
Roraima	8.898	13.103	47,3
Pará	195.985	239.737	22,3
Amapá	2.865	6.984	143,8
Tocantins	42.809	44.955	5,0

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2006; 2019).

A redução significativa do número de estabelecimentos da AF nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul (Tabela 1) ensejaram uma série de estudos que buscaram explicar essa tendência. Nascimento, Aquino e DelGrossi (2022) atribuem essa redução aos critérios da Lei 11.326/2006 e Decreto 9.064/2017, incorporados ao levantamento do Censo Agropecuário, que excluíram parte expressiva dos agricultores familiares de contas próprias, notadamente aqueles com rendas externas superiores às oriundas das atividades internas ao estabelecimento.

Nos estados da região Norte, o Acre, objeto de estudo desta pesquisa, apresentou crescimento de 23,9% no número de estabelecimentos da AF no período intercensitário. Do total de 31.109 estabelecimentos, os agricultores familiares do tipo Pronaf B, ou seja, os mais pobres, são maioria, cerca de 67,3%. Esses mesmos agricultores (Pronaf B) são responsáveis por 63,2% do pessoal ocupado, apesar da pouca disponibilidade de área média. Quando se compara a área média dos agricultores Pronaf B (55,4 hectares) com a dos agricultores Não Pronafianos (192,4 hectares) – esses últimos são menores, mas detêm a maior área de terra –, nota-se uma discrepância acentuada (Tabela 2), dinâmica similar encontrada por Aquino, Alves e Vidal (2020) para o nordeste brasileiro.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários, área total, área média e pessoal ocupado dos diferentes tipos de agricultura familiar acreana – 2017

Tipos de agricultura Familiar	Estabelecimentos		Área total		Área Média	Pessoal ocupado	
	Número	%	Hectares	%		Número	%
Pronaf B	20.948	67,3	1.160.909	57,5	55,4	63.967	63,2

Pronaf V	10.113	32,5	847.161	42,0	83,8	36.981	36,5
Não Pronaf	48	0,2	9.236	0,5	192,4	285	0,3
Total	31.109	100,0	2.017.305	100,0	64,8	101.233	100,0

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019). Notas: Pronaf B: até R\$ 20 mil/ano; Pronaf V: de R\$ 20mil até R\$ 360 mil/ano; Não Pronaf: valor da produção acima de R\$ 360 mil/ano.

Referente à condição do produtor familiar em relação à terra, a principal forma de acesso no Acre é a propriedade que representa 77,8% do total da agricultura familiar. A concessão ou assentamento se mostram relevantes (13,2%) como formas de acesso à terra (Tabela 3). Segundo Scott (2002), a terra é a “arma dos fracos”, a qual significa para muitos a afirmação de resistência e sobrevivência frente a uma realidade de exclusão dos estabelecimentos de menor porte.

Tabela 3 - Distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar acreana, segundo a condição do produtor em relação às terras – 2017

Condição do produtor em relação às terras⁶	Tipos de agricultura familiar				Total
	Pronaf B	Pronaf V	Não Pronaf	Familiar	
Proprietário(a)	50,5	27,2	0,1		77,8
Concessionário(a) ou assentado(a)	10,0	3,3	0,0		13,2
Arrendatário(a)	0,1	0,0	0,0		0,2
Parceiro(a)	0,2	0,1	0,0		0,3
Comodatário(a)	1,2	0,3	0,0		1,6
Ocupante	4,6	1,5	0,0		6,1
Produtor sem área	0,7	0,1	0,0		0,8
Total	67,3	32,5	0,2		100,0

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019).

A renda gerada pela agricultura familiar acreana evidencia o seu papel para a economia local. De acordo com os dados da Tabela 4, os agricultores familiares do Acre geraram um valor bruto da produção (VBP) de 637 milhões de reais. Similar ao que demonstram Silva, Gazolla e Oliveira (2022) para a região Nordeste, no Acre os agricultores intermediários e consolidados (Pronaf V) geraram o maior percentual do VBP total, 70,6%, seguido pelos do Pronaf B (24,9%). No outro extremo estão os agricultores Não Pronafianos — parte mais capitalizada e menor da agricultura familiar — que geraram apenas 4,5% do VBP total, porém obtiveram renda média maior.

Tabela 4 - Valor bruto da produção (VBP) e VBP médio dos diferentes tipos de agricultura familiar acreana - 2017 (1.000 reais)

Tipos de agricultura Familiar	Estab. “com” VBP [A]		Valor da Produção [B]		VBP Médio [B/A] (em R\$)
	Número	%	Número	%	
Pronaf B	20.391	66,7	158.926	24,9	7,8

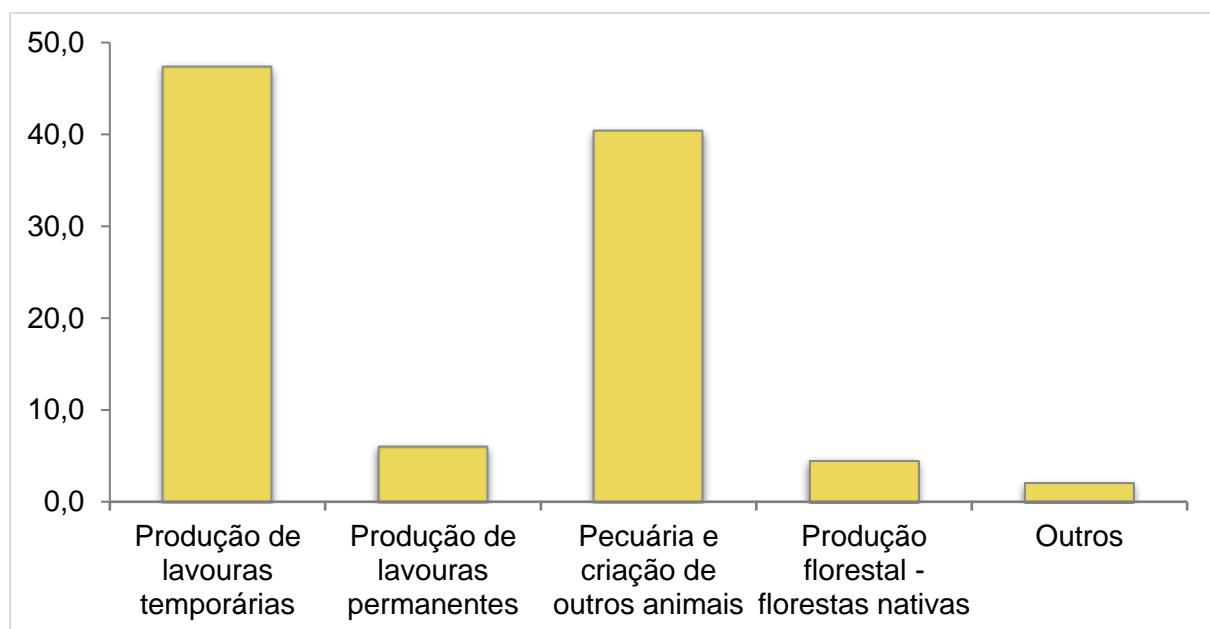
⁶ Formas de posse, uso ou controle da terra. Para um maior aprofundamento dessa tipologia, ver: Arrais, Prat e Cambraia (2019).

Pronaf V	10.113	33,1	449.734	70,6	44,5
Não Pronaf	48	0,2	28.541	4,5	594,6
Total	30.552	100,0	637.201	100,0	20,9

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019). Notas: Pronaf B: até R\$ 20 mil/ano; Pronaf V: de R\$ 20mil até R\$ 360 mil/ano; Não Pronaf: valor da produção acima de R\$ 360 mil/ano.

No Acre, existem cerca de 47,3% e 40,3% dos estabelecimentos da agricultura familiar que têm nas lavouras temporárias e na pecuária, respectivamente, como as atividades principais (Gráfico 1). Mattei (2015) destaca que, dado o valor comercial mais elevado, as lavouras temporárias e a criação de animais têm substituído as culturas tradicionais no movimento de expansão da fronteira agropecuária.

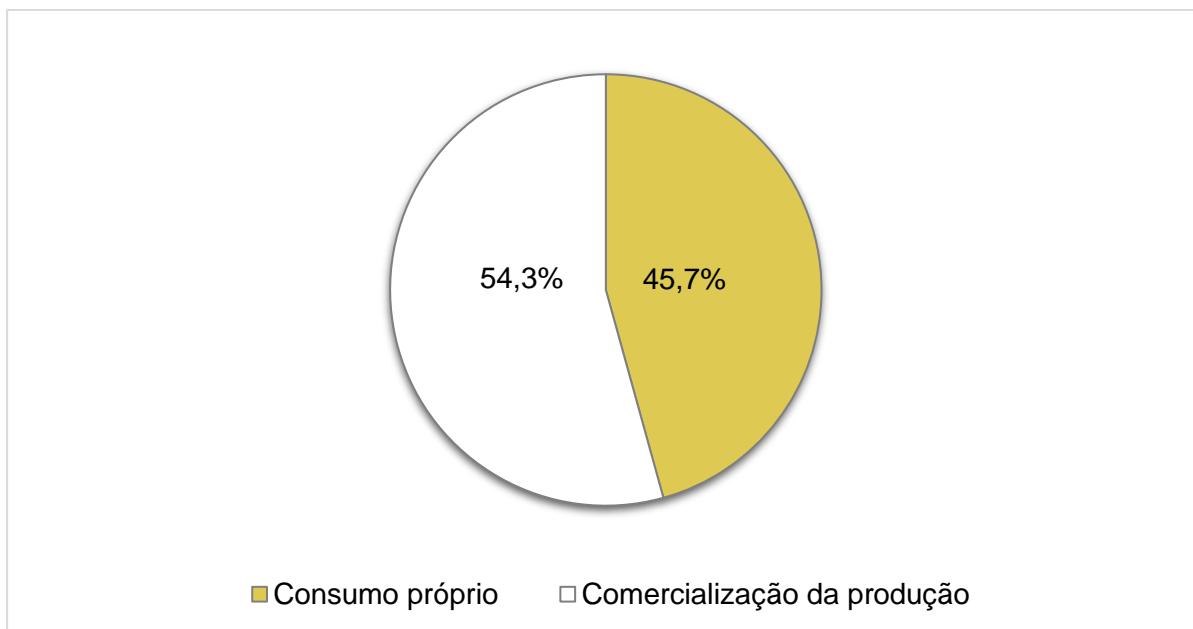
Gráfico 1 - Distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar acreana, segundo os grupos de atividade econômica desenvolvida – 2017



Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019).

O destino dado à produção pelos estabelecimentos agropecuários permite identificar, em certo grau, a sua inserção no mercado. De acordo com o Censo Agropecuário, 54,3% dos estabelecimentos familiares acreanos comercializam o que produzem, enquanto 45,7% destinam a produção para o consumo próprio (Gráfico 2). Evidencia-se, assim, um certo equilíbrio em relação à produção, o que reforça o duplo papel assumido pela agricultura familiar na economia local, qual seja, o de produtora de alimentos para o autoconsumo e abastecimento do mercado.

Gráfico 2 - Finalidade da produção dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar creana - 2017 (%)

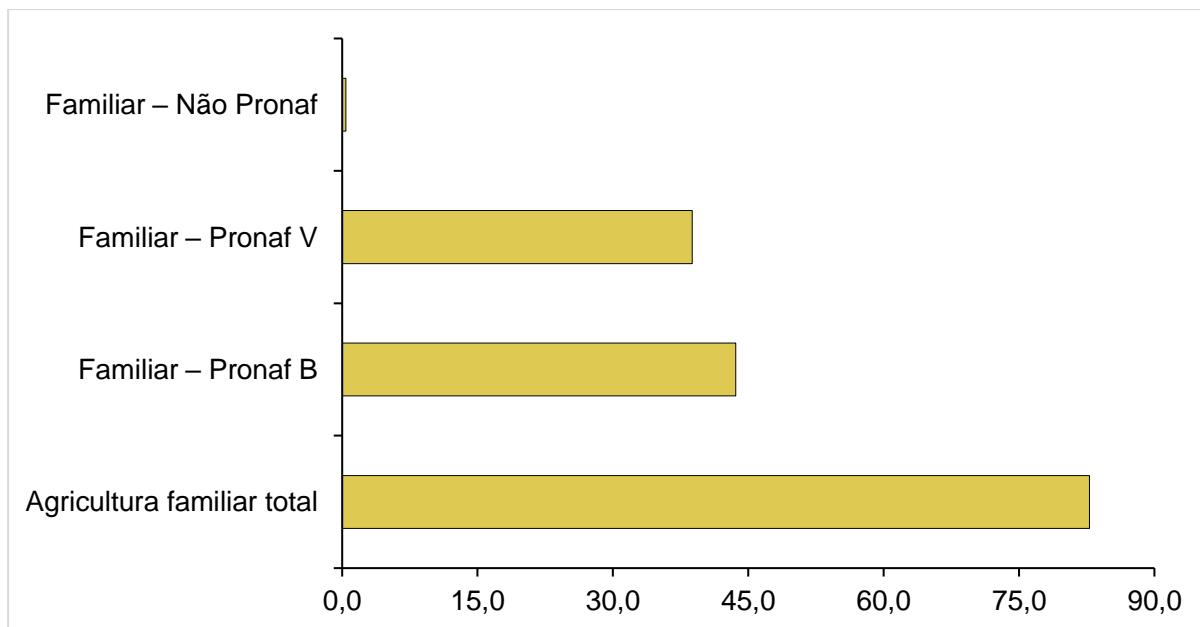


Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019).

Neste contexto, Silva, Gazolla e Oliveira (2022) mostram que 59,6% dos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira têm a comercialização da produção como a principal finalidade, ao passo que 40,4% a destinam para o autoconsumo, o que demonstra, neste caso, a diversificação de modos de vida da agricultura familiar para além da subsistência da unidade familiar.

O acesso ao financiamento é essencial para o fortalecimento da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários. Essa questão se mostra ainda mais preponderante para a agricultura familiar em que determinados segmentos não conseguem arcar com elevados custos para a implementação de processos que contribuam para o aumento da competitividade, conforme destacam Aquino, Alves e Vidal (2020) para a região Nordeste do Brasil. No caso da agricultura familiar acreana, 82,9% dos estabelecimentos tiveram acesso a financiamento, com destaque para os agricultores Pronaf B (43,6%) e Pronaf V (38,8%), conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos estabelecimentos da agricultura familiar acreana que obtiveram financiamento – 2017



Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019). Notas: Pronaf B: até R\$ 20 mil/ano; Pronaf V: de R\$ 20mil até R\$ 360 mil/ano; Não Pronaf: valor da produção acima de R\$ 360 mil/ano.

Quando se analisa o principal agente financeiro da agricultura familiar acreana (Tabela 5), nota-se que os bancos e o governo financiaram, respectivamente, 75,4% e 5,3% dos estabelecimentos, com crédito de investimento e custeio. Isso, de certa maneira, se reflete na proveniência dos recursos, de tal feito que apenas 31,1% são oriundos de ações governamentais institucionalizadas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Os recursos obtidos pelos produtores familiares acreanos são empregados (Tabela 5), sobretudo, na criação de animais (51,4%) e na lavoura temporária (22,2%). Essa constatação condiz com a expansão da fronteira agropecuária para o norte do Brasil, conforme evidenciado por Mattei (2015) e Bezerra (2021), que torna a região amazônica o *locus* de aporte do capital financeiro para o desenvolvimento da produção (soja e carne, principalmente) comercial.

Tabela 5 - Agente financeiro, proveniência dos recursos e principais atividades econômicas que utilizaram o financiamento da agricultura familiar acreana

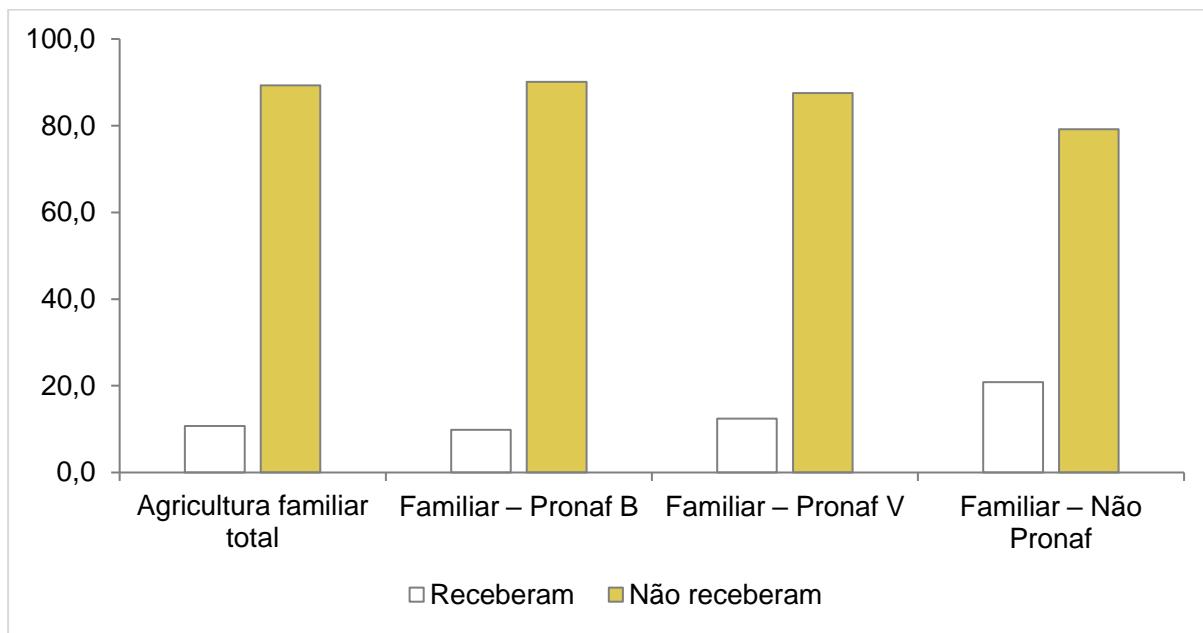
Agente financeiro/proveniência do recurso/grupos de atividades	Agricultura Familiar Total	Agricultura Familiar - Pronaf B	Agricultura Familiar - Pronaf V	Agricultura Familiar - Não Pronafiano
<i>Agente responsável pelo financiamento (%)</i>				
Bancos	75,4	39,6	35,5	0,4
Governos	5,3	2,7	2,6	0,0
Outros agentes	2,2	1,4	0,8	0,0
Total	82,8	43,6	38,8	0,4
<i>Proveniência do financiamento (%)</i>				
Não proveniente de programas	51,7	29,1	22,3	0,3
Programas de crédito	31,1	14,5	16,5	0,1
Proveniente do PRONAF	22,0	10,3	11,7	0,1
Programa de crédito	6,6	2,8	3,7	0,1
Outra fonte	2,5	1,4	1,2	0,0
Total	82,8	43,6	38,8	0,4
<i>Grupos de atividades (%)</i>				
Lavouras temporárias	22,2	13,1	9,0	0,1
Pecuária e outros animais	51,4	25,0	26,3	0,2
Outras atividades	9,2	5,6	3,5	0,1
Total	82,8	43,6	38,8	0,4

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019). Notas: Pronaf B: até R\$ 20 mil/ano; Pronaf V: de R\$ 20mil até R\$ 360 mil/ano; Não Pronaf: valor da produção acima de R\$ 360 mil/ano.

Além do financiamento, a assistência técnica é outra política pública crucial para o fortalecimento da agricultura familiar, sendo essencial para a melhoria das práticas e da gestão dos estabelecimentos. Apesar da sua importância, apenas 10,7% dos estabelecimentos da agricultura familiar acreana receberam o serviço. Dentre os diferentes tipos da agricultura familiar, o tipo Pronaf B, o segmento mais fragilizado e mais amplo da categoria, apresenta um baixo acesso (9,9%) ao serviço (Gráfico 4).

Bezerra *et al.* (2022) mostram que na Região Norte, o contexto geográfico em que está inserido o estado do Acre, apenas 8,8% dos estabelecimentos da agricultura familiar receberam assistência técnica, o que requer uma atuação mais efetiva do poder público no sentido de viabilizar o acesso ao serviço.

Gráfico 4 - Distribuição (%) dos estabelecimentos da agricultura familiar acreana que receberam e não receberam assistência técnica – 2017



Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019). Notas: Pronaf B: até R\$ 20 mil/ano; Pronaf V: de R\$ 20mil até R\$ 360 mil/ano; Não Pronaf: valor da produção acima de R\$ 360 mil/ano.

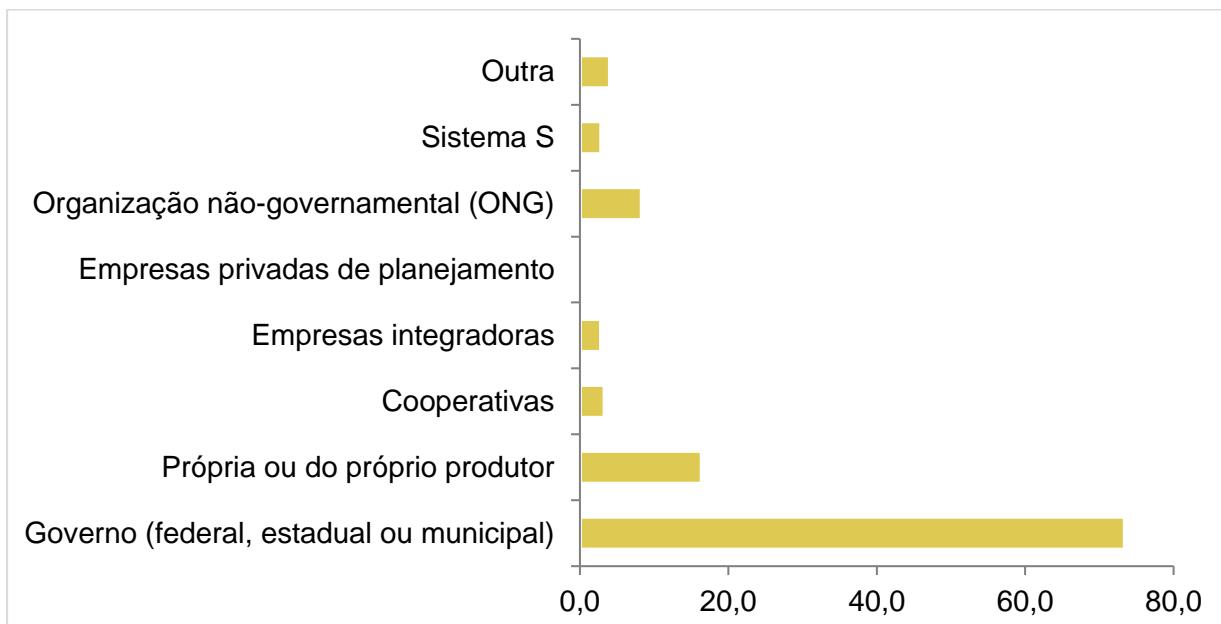
Com efeito, a baixa cobertura da assistência técnica é uma realidade da agricultura familiar brasileira que precisa ser revertida. Silva, Gazolla e Oliveira (2022) mostram que, de fato, a AF brasileira apresenta resultados pífios quanto ao acesso à assistência técnica, de modo que apenas 13,7% dos estabelecimentos da categoria tiveram acesso ao serviço. No Sul, esse percentual seria de apenas 6,4%.

Aquino, Alves e Vidal (2020), para o caso nordestino, mostram que 7,3% dos estabelecimentos da agricultura familiar na região receberam assistência técnica, fato que condicionaria os agricultores familiares a práticas que, de certo modo, não contribuem para a melhoria da gestão e do desempenho das lavouras e da criação de animais, notadamente no que diz respeito às práticas ambientais insustentáveis.

Em relação à origem da assistência técnica, 73,4% dos estabelecimentos da agricultura familiar acreana que fizeram uso do serviço informaram tê-la recebido do governo (federal, estadual e municipal) e 16,4% do próprio produtor (Gráfico 5). Esses dados vão ao encontro dos que foram evidenciados por Rocha Junior *et al.* (2019) para o caso brasileiro, os quais destacam o papel importante desempenhado pelo

governo no fortalecimento de ações que beneficiem os produtores familiares que são, em grande parte, descapitalizados.

Gráfico 5 – Distribuição dos estabelecimentos, segundo a origem da assistência técnica da agricultura familiar acreana – 2017



Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019).

Esses foram os resultados mais gerais da agricultura familiar no Acre. Na próxima seção serão apresentadas as diferentes fontes de rendas dos agricultores familiares acreanos, de modo a evidenciar a participação das rendas agropecuárias, não agropecuárias e do não trabalho na composição total.

As rendas agropecuárias, não agropecuárias e do não trabalho da agricultura familiar acreana

DelGrossi (2017) mostra que há, no Brasil, uma nova ruralidade, inclusive no interior da agricultura familiar, cenário em que o número de pessoas e famílias residentes no meio rural com rendas provenientes do trabalho não agropecuário e do não trabalho (aposentadorias/pensões) cresceu no período de 2004 a 2014.

Na região Norte, Bezerra, Nascimento e Maia (2022) evidenciaram o crescimento do número de famílias com rendimento proveniente do emprego não agropecuário. Certamente, mesmo a região Norte tendo apresentado crescimento no

número de estabelecimentos da AF, conforme realçamos ao longo deste trabalho, isso pode ter implicado na exclusão de um número significativo de famílias da agricultura familiar pelo critério da renda (Lei 11.326/2006 e Decreto nº 9.064/2017).

A despeito dessas considerações, no Acre, conforme Tabela 6, as atividades agropecuárias internas dos estabelecimentos geraram uma receita⁷ de R\$ 437,6 milhões em 2017. As outras receitas do produtor somaram mais de R\$ 200 milhões, decorrentes da forte participação das aposentadorias e pensões (R\$ 141 milhões) e das rendas obtidas fora do estabelecimento (R\$ 35,4 milhões). Diante disso, a AF acreana teria cumprido o requisito legal de renda interna superior à externa, razão que pode ter motivado o seu crescimento.

Tabela 6 – Composição da renda total da agricultura familiar acreana – 2017

Tipos de receita e outras rendas	(Em R\$ 1.000)	%
Receitas da produção do estabelecimento	437.611,00	64,9
Produtos vegetais	103.297,00	15,3
Animais e seus produtos	266.999,00	39,6
Produtos da agroindústria	67.315,00	10,0
Outras receitas do estabelecimento	15.362,00	2,3
Desinvestimentos	10.096,00	1,5
Atividade de artesanato, tecelagem, etc.	813,00	0,1
Outras receitas do estabelecimento	4.453,00	0,7
Outras receitas do produtor	221.661,00	32,9
Aposentadorias ou pensões	141.091,00	20,9
Rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento	35.468,00	5,3
Recebimento de prêmio de Programa Garantia Safra	0,00	0,0
Prog. Garantia da Atividade Agrop. da Agricultura Familiar	0,00	0,0
Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	926,00	0,1
Pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Prog. Estaduais)	578,00	0,1
Programas dos Governos (federal, estadual ou municipal)	43.525,00	6,5
Total	674.634,00	100,0

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019).

Em termos percentuais, as receitas internas representariam 64,9% do total. Destaque importante deve ser dado às fontes de rendas do não trabalho (aposentadorias e pensões), cuja participação é de 20,9%, evidenciando uma situação em que o rendimento familiar tem forte influência desse tipo de receita (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

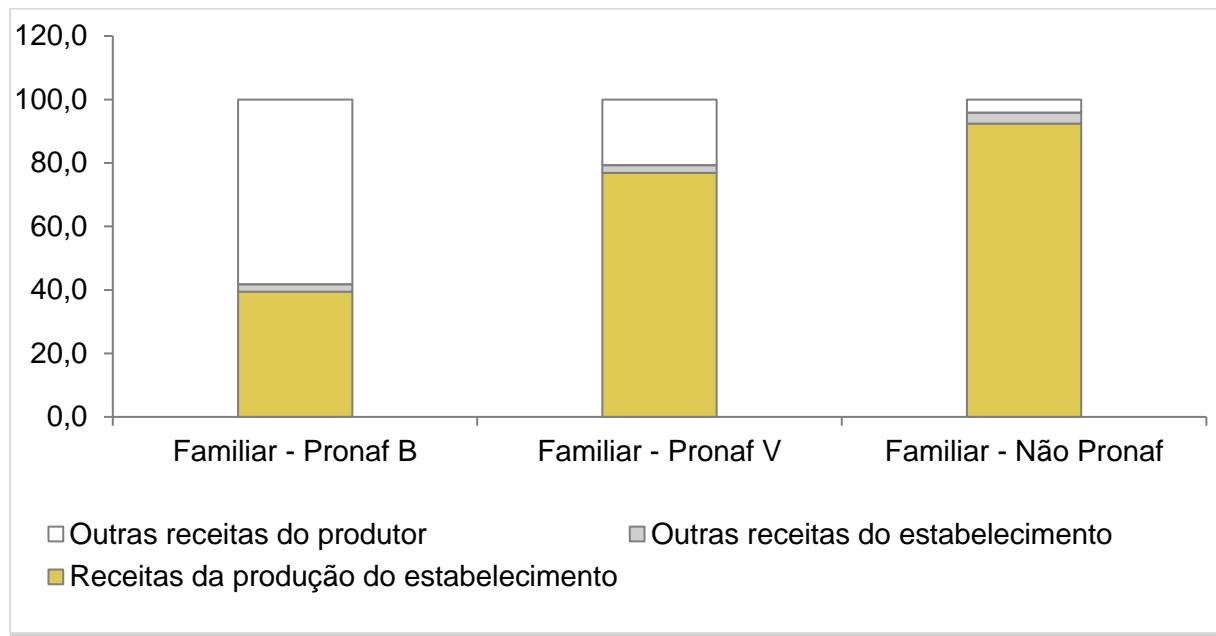
Aquino e Nascimento (2020), Bezerra, Nascimento e Maia (2021) mostram que a renda do não trabalho (aposentadorias e pensões) tem apresentado forte

⁷ Aquino, Alves e Vidal (2020, p. 47) destacam que “a receita dos estabelecimentos familiares é subestimada, pois no seu cálculo não é contabilizado o valor dos produtos usados como insumos nas propriedades e nem o autoconsumo das famílias”.

crescimento na composição do rendimento familiar rural no Brasil, o que corrobora a tendência apresentada pelo estado do Acre, embora as receitas provenientes dos estabelecimentos ainda sejam superiores.

Ao fazer a abertura da composição da renda total dos diferentes tipos de agricultura familiar, nota-se que a maior parte das receitas dos agricultores familiares Não Pronafianos e do Pronaf V são provenientes das atividades internas do estabelecimento, 92,4% e 76,9%, respectivamente. Já no Pronaf B, segmento mais pobre e numeroso, 58,2% do rendimento total provém das outras receitas do produtor (58,2%), o que inclui as rendas oriundas das aposentadorias/pensões e das ocupações não agropecuárias.

Gráfico 6 – Composição percentual da renda dos diferentes tipos da agricultura familiar acreana – 2017



Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019). Notas: Pronaf B: até R\$ 20 mil/ano; Pronaf V: de R\$ 20mil até R\$ 360 mil/ano; Não Pronaf: valor da produção acima de R\$ 360 mil/ano.

Quando se observa a distribuição das receitas por grupos de áreas totais, percebe-se que a disponibilidade de área assume papel primordial na geração de receitas no estabelecimento. É na faixa de área acima de 20 hectares que o maior percentual de receitas internas (78,7%) é gerado. As outras receitas do produtor têm destaque para todos os grupos de áreas, mas seu papel se mostra ainda mais

relevante para os grupos de menor estrato de área. Nota-se que no estrato de 0 até 20 hectares, as receitas geradas pelas atividades internas dos estabelecimentos representariam 20,9% e as outras receitas do produtor 32,3%.

Tabela 7 - Distribuição das receitas e outras rendas da agricultura familiar acreana, segundo grupos de área total (%) – 2017

Grupos de área total	Tipos de receitas e outras rendas (%)		
	Receitas da produção do estabelecimento	Outras receitas do estabelecimento	Outras receitas do produtor
Menos de 1 hectare	0,8	0,9	1,6
De 1 a 5 hectares	6,9	7,1	12,7
De 5 a 20 hectares	13,2	9,5	18,0
De 20 a 100 hectares	42,9	50,7	42,2
Acima de 100 hectares	35,8	31,3	25,0
Produtor sem área	0,5	0,4	0,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO, SIDRA/IBGE (2019).

Esses resultados estão de acordo com os que foram encontrados por Bezerra, Nascimento e Maia (2022) para a região Norte do Brasil. Os autores destacam que para os agricultores menos capitalizados, não integrados ao mercado e com pouca disponibilidade de terra, a renda proveniente de atividades não agropecuárias e do não trabalho (aposentadorias/pensões) se mostra cada vez mais importante para a sobrevivência e reprodução das famílias rurais.

Considerações finais

Conforme os resultados apresentados, ficou evidente que o número de estabelecimentos da Agricultura Familiar no Acre evoluiu 23,9% em relação ao Censo Agropecuário de 2006. Tomando-se por base os critérios da Lei 11.3326 e do Decreto nº 9.064/2017, especificamente o que exige que metade da renda familiar seja das atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, limitando a obtenção de rendas fora do estabelecimento, é possível que esse crescimento seja decorrente do baixo dinamismo do estado em oferecer ocupações em atividades não agropecuárias no entorno da residência.

No que tange aos tipos de agricultura familiar, o Pronaf B, segmento mais pobre e numeroso, é detentor de menor área média por hectare, porém apresenta o maior número de pessoas empregadas, o que não acontece em relação aos Não Pronafianos (segmento mais capitalizado). Não obstante, mesmo com pouca área, os tipos Pronaf B e V geraram mais de 90 % do valor bruto da produção no estado, o que perfaz R\$ 30 milhões. Em relação ao financiamento, grande parte dos estabelecimentos tiveram acesso a esta política, com forte participação dos bancos na concessão, por meio de financiamento privado.

No que concerne à assistência técnica ficou patente uma forte deficiência na sua oferta, já que apenas pouco mais de 10% dos estabelecimentos a receberam. O governo (municipal, estadual e federal) ainda é o principal agente a ofertar este serviço, porém com ligeira participação da assistência técnica adquirida pelo produtor com recursos próprios.

Ficou evidente que, seguindo a trajetória nacional de outros estudos, o rendimento obtido do trabalho agropecuário ainda é a principal fonte de receita dos estabelecimentos da agricultura familiar, sendo a produção bovina e de aves as mais representativas. Entretanto, as fontes de rendas provenientes do não trabalho (aposentadorias, pensões, programas governamentais) somadas às das atividades (ocupações) fora do estabelecimento ganham importância na composição da renda familiar total, ao ponto de representarem 26,2% do rendimento total. Ou seja, a agropecuária está longe de ser a única fonte de renda dos estabelecimentos da agricultura familiar acreana, principalmente para o segmento do Pronaf B.

Com efeito, quando se refere às rendas por grupo de área total, o rendimento do não trabalho se destaca e se torna indispensável para as famílias mais pobres e numerosas (Pronaf B), detentoras de pouca terra, o que limita a produção para a venda e subsistência, diferentemente dos Não Pronafianos que possuem terra abundante e têm sua produção fundamentalmente destinada para o mercado.

Esses foram os resultados mais gerais sobre a agricultura familiar acreana que pretendemos mostrar nesta pesquisa, os quais poderão subsidiar pesquisas mais aprofundadas sobre o tema e orientar a elaboração de políticas públicas

fundamentadas na realidade multifacetada das famílias, que não se restringe à dinâmica das atividades agropecuárias.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, agost. 2020.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 01, p. 123-142, jan./mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. A grande seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil (2011-2015). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 81-97, 2020.
- ARRAIS, S. C.; PRAT, B. V.; CAMBRAIA, R. P. Análise dos Censos Agropecuários brasileiros dos anos de 2006 e 2017 para identificação de características da população agrícola. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 17, n. 02, p. 228–246, 2019.
- BACELAR, T.; FAVARETO, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste – Uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 9-29, 2020.
- BEZERRA, F. D. S. **Dinâmica das ocupações e a “nova” ruralidade na região Norte do Brasil**: desafios para uma agenda ampla de desenvolvimento rural. 2021. 230 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.117>
- BEZERRA, F. D. S. et al. Heterogeneidade no interior da Agricultura Familiar da Região Norte do Brasil: um retrato a partir do Censo Agropecuário de 2017. In: Anais do 60º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). **Anais...Natal (RN) UFRN**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/sober2022.485026>
- BEZERRA, F. D. S.; Nascimento, C. A.; Maia, A. G. Family farming in the Brazilian Amazon: Trends for different types of families. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 19, set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr19.ffba>
- BEZERRA, F. D. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. Rural development and the expansion of nonagricultural activities in the brazilian Amazon. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 59, n. 4, e231355, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.231355>

- BRASIL. **Censo Demográfico de 2022.** Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 20 de agost. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mai. 2017. Seção 1, p. 11.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017:** Resultados preliminares, Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:
<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-senco-agro-2017.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006:** Segunda Apuração, Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 01.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Novo retrato da agricultura familiar:** o Brasil redescoberto. Brasília, DF: INCRA, 2000.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 32, p. 89-105, 1996.
- DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas para o futuro. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- DELGROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995.** 1999. 229 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.
- DELGROSSI, M. E. Agricultura familiar e a nova ruralidade entre 2004 a 2014. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (Orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais:** conjunturas e políticas públicas 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.
- DELGROSSI, M. E. et al. Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista do Núcleo de Estudo de Economia Catarinense**, v. 8, n. 16, p. 40-45, jul./dez. 2019.
- FAO. Food and Agricultural Organization. **El trabajo de la Fao em la Agricultura Familiar:** Prepararse para el Decenio International de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar

los ODS. Nova York, EUA: FAO, 2018. Disponível em:
<http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000.

LAMARCHE, H. Uma realidade multiforme. In: LAMARCHE, H (Coord.). **A agricultura familiar I**: comparação internacional. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

MATTEI, L. F. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 35-52, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500004>

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. 1999. 211 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 60, n. 3, e240128, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>

NEVES, D. P. Agricultura Familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-24, 1997.

ROCHA JUNIOR, A. B.; ALVES, J. F.; CASSUCE, F. C.; COSTA, S. M. A. L. Análise dos determinantes da utilização de assistência técnica por agricultores familiares do Brasil em 2014. **Revista de economia e sociologia rural**, Piracicaba, v. 57, p. 181-197, 2019.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar em transformação**: os colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: UFPEL, 1995.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, v. 24, n. 3, p. 106-132, 1994.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n.1, p. 20-31, jan./jun. 2002 (Tradução de Marilda A. de Menezes e de Lemuel Guerra).

SILVA, A.; GAZOLLA, M.; OLIVEIRA, N. S. M. N. A agricultura familiar nos dados do Censo Agropecuário 2017: uma análise comparativa do seu “tamanho” e perfil entre os três estados do sul. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 07-37, 2022.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilema da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas para o futuro. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Fernando Monteiro Chaves – Elaboração do manuscrito. Coleta e análise dos dados. Participação ativa da discussão dos resultados.

Francisco Diétima da Silva Bezerra - Concepção. Elaboração do manuscrito. Participação ativa da discussão dos resultados. Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Maria Alcirlândia da Silva Bezerra - Elaboração do manuscrito. Coleta e análise dos dados. Participação ativa da discussão dos resultados.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 25-09-2023

Aprovado em: 03-02-2024